



Ministério do Trabalho e Emprego

Democratização das Relações de Trabalho
Desenvolvimento Centrado na
Geração de Emprego, Trabalho e Renda
Economia Solidária em Desenvolvimento
Erradicação do Trabalho Escravo
Gestão da Política de Trabalho,
Emprego e Renda
Integração das Políticas Públicas de
Emprego, Trabalho e Renda
Primeiro Emprego
Qualificação Social e Profissional
Rede de Proteção ao Trabalho
Segurança e Saúde no Trabalho

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego, foram utilizados R\$ 33,7 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 31.530.616.493,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 23.367.385.462,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	R\$ 10.400.876.754,00
Total previsto:	R\$ 31.530.616.493,00	Total realizado:	R\$ 33.768.262.216,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 297,4 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 274,9 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Trabalho e Emprego em 2005 a serem destacados foram:

- A continuidade do crescimento econômico em 2005, apesar da queda em relação a 2004, propiciou, pelo segundo ano consecutivo, ampliação expressiva do número de empregos formais, atingindo saldo de 1,25 milhão de vínculos. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego buscou reforçar os impactos do cenário econômico favorável sobre o mercado de trabalho. No âmbito do sistema público de emprego, cerca de 5 milhões de trabalhadores se inscreveram na rede de atendimento do SINE, 3,8 milhões dos quais foram encaminhados a oportunidades de emprego e 893,6 mil foram (re)colocados no mercado de trabalho. Além disso, 5,3 milhões de trabalhadores foram atendidos pelo benefício do seguro desemprego - 20,9% superior ao ano anterior (4,3 milhões); também foram beneficiados 9,7 milhões de trabalhadores com o pagamento do abono salarial, 10,2% superior ao ano anterior (8,8 milhões).
- Por meio de ações de economia solidária, foram beneficiados diretamente 230 mil trabalhadores em 2005. Destaca-se a consolidação de 1.071 empreendimentos de economia solidária, o apoio a 139 empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, significando a manutenção de mais de 13 mil postos de trabalho e o mapeamento de cerca de 15 mil empreendimentos de economia solidária, nos quais participam cerca de 1,25 milhão de trabalhadores.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Como nos anos anteriores, foram superadas as metas de aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio de programas de crédito. Em 2005, se consideradas apenas as linhas do programa “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda”, foram contratadas cerca de 2,6 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R\$ 15 bilhões. Considerando-se todas as linhas disponíveis pelo FAT, foram contratadas cerca de 3 milhões de operações de crédito, como resultado da aplicação de R\$ 21,2 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano, que tem como público-alvo os micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R\$ 2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R\$ 4,4 bilhões. Em 2005, mais de 2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R\$ 6,4 bilhões.
- Os resultados das ações de fiscalização trabalhista mostram a continuidade, em 2005, do compromisso com o fortalecimento do papel do Estado como garantidor do cumprimento dos direitos do trabalho. Em 2005, houve 746.272 trabalhadores registrados pelas ações de fiscalização do trabalho – a formalização do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS garante aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo de 27.650.699, superando os números de 2004, cujo total chegou a 24.453.179. A intensificação da presença da fiscalização contribuiu para a efetiva implementação, pelos empregadores, das normas de segurança e saúde no trabalho.
- Quanto ao combate ao trabalho escravo, em 2005 foram libertados 4.273 trabalhadores em condições análogas à escravidão, cerca de 54% a mais que no ano anterior - 2.776. Foram fiscalizadas 187 fazendas e o número de ações fiscais aumentou em cerca de 12% - de 73 para 82, contribuindo para o resultado positivo do programa.
- Na área de relações de trabalho, no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), foi elaborada proposta de reforma sindical, fruto de mais de 16 meses de negociação. A Proposta de Emenda Constitucional 369/05 da Reforma Sindical está em tramitação no Congresso Nacional e o anteprojeto de Lei de Relações Sindicais, que regulamenta os dispositivos constitucionais, foi elaborado e tornado público para discussão. Ao longo de 2005 foram realizadas 11.360 mediações de conflitos de trabalho. Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo, ou seja, não se transformaram em dissídio foi de 7.936 (69,86% do total) – superior aos 62% verificados em 2004.
- Finalmente, cabe destacar o processo de discussão da política de valorização do salário mínimo para o país, por meio da comissão quadripartite instalada no âmbito do MTE, em agosto de 2005, integrada por representantes de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.

ASPECTOS RELEVANTES

Foram apontados como principais fatores de sucesso para os resultados alcançados pelo MTE durante o ano de 2005 a capacitação maior conhecimento das equipes na implementação dos programas; participação social na elaboração e implementação das ações; e maturidade das políticas públicas de emprego, trabalho e renda praticadas pelo MTE.

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação do órgão estão relacionadas às seguintes questões: contingenciamento de recursos orçamentários; recursos financeiros liberados ao longo do exercício em fluxo incompatível com a programação; recursos humanos, materiais e de infra-estrutura insuficientes para o atendimento dos objetivos dos programas; inadequada integração e articulação entre diversas ações, comprometendo a qualidade da informação, bem como a otimização dos recursos públicos em prol do atendimento ao objetivo dos programas.

Além disso, ressalte-se o baixo valor das diárias pagas aos servidores do Poder Executivo (Auditores Fiscais do Trabalho, agentes da Polícia Federal e motoristas), que integram as equipes de fiscalização, apontado como fator de desestímulo à participação nas ações de fiscalização. Tal restrição foi superada com o aumento do valor das diárias para cidades com menos de 200 mil habitantes, conforme decreto nº. 5.554, de 04/10/2005, publicado no D.O.U. de 05/10/2005.

A Instrução Normativa 001/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que disciplinou o cumprimento de exigências para transferências voluntárias e instituiu o Cadastro Único dos Convênios (CAUC), também representou uma restrição ao desempenho do programa. Tal norma obrigou os governos estaduais e municipais a liquidarem suas obrigações junto ao Governo Federal. Mesmo que as Secretarias de Trabalho estejam adimplentes, a condição de inadimplência de outros órgãos do Estado ou do Município constitui fator impeditivo para o repasse àquelas secretarias. Essa exigência somente foi flexibilizada em dezembro, a partir de medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal, impetrada por 18 Estados e pelo Distrito Federal.

RECOMENDAÇÕES

- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, de modo a propiciar os meios adequados para a consecução dos objetivos dos programas.
- Priorizar, após a edição dos decretos de programação orçamentário-financeira - via deliberação do Comitê de Coordenação de Programas do órgão - a alocação de recursos às ações finalísticas, de modo a garantir minimamente um fluxo contínuo, mitigando, assim, o impacto do contingenciamento orçamentário e do fluxo financeiro irregular.
- Aperfeiçoar a integração e a articulação entre diversas ações, principalmente dos programas “Erradicação do Trabalho Escravo”, “Economia Solidária em Desenvolvimento”, “Primeiro Emprego” e “Segurança e Saúde no Trabalho”, por meio da efetivação do Comitê Gestor do Programa e, em nível estratégico, do Comitê de Coordenação de Programas, conforme preconiza o Decreto nº. 5233/04.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

OBJETIVO

Promover a democratização e modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.061.166,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.803.801,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.803.801,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 67,27 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Na realidade, o índice previsto para o final do PPA já foi alcançado em 2005.

2. TAXA DE EFICÁCIA DAS MEDIAÇÕES

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 54,32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 54,82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. O índice apurado em 2005 aproxima-se do índice previsto ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930 e disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho.

As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, e os avanços nos direitos políticos

e sociais ainda não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego deve promover um regime de liberdade e autonomia sindicais, fundado no estímulo à composição direta dos conflitos de trabalho e compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram realizadas 11.360 mediações de conflitos de trabalho. Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo, ou seja, não se transformaram em dissídio, foi de 7.936 (69,86% do total), superior aos 62% verificados em 2004.
- Foram beneficiados 5.350.710 trabalhadores pelas mediações que resultaram em acordo realizadas pelo MTE, representando 54,32% do total de trabalhadores abrangidos pelas mediações.
- Elaboração pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) de proposta de reforma sindical, fruto de mais de 16 meses de negociação. A Proposta de Emenda Constitucional 369/05 (Reforma Sindical) está em tramitação no Congresso Nacional e o anteprojeto da Lei de Relações Sindicais, que regulamenta os dispositivos constitucionais, foi elaborado e tornado público para discussão com a sociedade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa foi criado com o intuito de propiciar a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, adequando-o às especificidades atuais do mundo do trabalho. Neste sentido, conta com uma ação-âncora, a 5478 - “Fórum Nacional do Trabalho” –(FNT), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. O FNT é um espaço reconhecido de promoção da democratização das relações de trabalho, por meio do qual delibera-se acerca da estrutura da organização sindical e da atualização da legislação trabalhista. Além da elaboração da proposta de reforma sindical e do anteprojeto de lei de relações sindicais, em 2005, o FNT promoveu continuidade às negociações referentes às especificidades de alguns setores em relação à reforma sindical, por meio de Câmaras Setoriais, que congregam, em especial, trabalhadores rurais, servidores públicos, profissionais liberais e portuários. Em relação à Reforma Trabalhista, as negociações pouco avançaram, pois a bancada dos trabalhadores condicionou sua discussão à aprovação da Reforma Sindical.

Apesar de a proposta de Reforma Sindical ainda não ter sido votada no Congresso Nacional, o FNT articulou a proposta de constituição do Conselho Nacional de Relações do Trabalho e o reconhecimento das centrais sindicais como entidades representativas dos trabalhadores nos Fóruns e Conselhos tripartites. Outras três ações finalísticas compõem o Programa: 2603 - “Mediação de Conflitos”, 4782 - “Capacitação de Técnicos na Área de Relações do Trabalho” e 4588 - “Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES)”. A primeira tem como finalidade a promoção da composição voluntária de conflitos do trabalho, de maneira a reduzir o número de processos levados à Justiça do Trabalho e a valorizar as negociações diretas entre trabalhadores e empregados. A meta alcançada ficou em torno de 70% da prevista (11.084 dentre 15.834 mediações), apresentando-se duas justificativas: mudança no sistema de pontuação da gratificação dos Auditores Fiscais do Trabalho,

a qual desestimula as atividades de mediação ao privilegiar as atividades externas, e a greve dos servidores públicos. Vale destacar que a mediação de conflito é demandada pelas entidades ao MTE quando não é possível chegar a um consenso na negociação coletiva. Portanto, a diminuição do número de solicitações de mediações pode representar um aumento da auto-composição dos conflitos.

A ação 4782, por sua vez, visa ao favorecimento da implementação de mudanças no sistema de relações do trabalho, por meio da revisão do marco legal e da valorização da negociação coletiva e composição voluntária de conflitos do trabalho, mediante a capacitação de técnicos na área de relações do trabalho. Devido ao fato de as atividades formativas terem sido descentralizadas para as Delegacias Regionais do Trabalho em 2005, a capacitação abarcou um número muito superior ao previsto inicialmente (2.110 em contraponto a uma expectativa de 171 pessoas), com um dispêndio de cerca de 91% dos recursos previstos (R\$ 436,1 mil) de um total de R\$ 477,2 mil), devendo a meta física ser ajustada à sua real execução.

A ação 4588 - “Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES)” passou por uma nova conceituação em 2005, no sentido de se construir um sistema mais abrangente e voltado para armazenar, organizar e disponibilizar informações acerca de dados e estatísticas de entidades sindicais, empresas de trabalho temporário, homologações de rescisões contratuais, greves, mediações e negociações coletivas. Conhecido como Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), no qual o CNES corresponde a apenas um módulo (ao todo são previstos sete), teve o seu desenvolvimento prejudicado pelo baixo valor alocado na ação 4588 (apenas R\$ 100 mil), embora a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) tenha orçado o sistema em R\$ 5,3 milhões. Dado que, em 2005, o projeto ainda estava em elaboração, exceção feita ao módulo CNES, além dos recursos da própria ação 4588, utilizou-se parte dos recursos da ação “Gestão e Administração do Programa” (GAP), que agrega despesas não passíveis de apropriação em ações finalísticas do Programa. Atente-se ao fato de que, para 2006, a ação 1B41 “Implantação do SIRT” foi inserida no PPA em substituição à 4588 e o projeto está em pleno desenvolvimento, não mais sendo possível a utilização de recursos da GAP.

Cita-se a necessidade de alteração dos indicadores, pois não permitiriam a mensuração da eficiência e da eficácia do Programa. Registre-se que os atuais indicadores são oriundos da última revisão do programa e substituíram os anteriores sob a justificativa de que seriam superiores, na medida em que possibilitariam a análise do crescimento do número de mediações coletivas à luz da quantidade de conflitos resolvidos e não do total de mediações realizadas.

Em relação aos recursos materiais e à infra-estrutura, algumas dificuldades que comprometeram a execução do programa devem ser destacadas: carência de computadores e impressoras na sede do MTE, bem como nas seções de relações do trabalho –(SERETs), nas Delegacias Regionais do Trabalho de todos os Estados, assim como escassez de espaço físico - causando insalubridade em alguns locais - falta de equipamentos ergométricos e ar condicionado.

Em termos quantitativos, há SERETs que contam apenas com o responsável principal, apresentando, portanto, grande dificuldade no cumprimento das tarefas. Desde 2003, a SRT articula com a Secretaria Executiva do MTE mecanismos para fortalecer as SERETs e instrumentalizá-las, mas o número reduzido de servidores ainda não

possibilitou a adequação das regionais às novas atribuições da SRT. Encontra-se no Congresso Nacional o PL nº5.919, de 08/2005, que cria 1.952 cargos para a área administrativa do MTE.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de qualificação específica da equipe gerencial, no sentido de ampliar a capacidade de gestão estratégica e de avaliação das ações e das equipes executoras, principalmente em módulos sobre ética, gestão pública, rotinas e procedimentos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A equipe gerencial dispõe de mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Também são realizadas reuniões mensais entre os coordenadores de ação, o gerente-executivo e o gerente do Programa para a socialização de informações e, quando necessário, redefinição da estratégia e das diretrizes. Os encaminhamentos destas reuniões são disseminados para as equipes executoras.

O Programa promove a participação social tanto por meio de ouvidoria específica para atendimento sobre temas ligados ao mundo do trabalho, como registro, atualização e contribuição sindical, quanto por meio de cursos, oficinas, encontros, seminários, reuniões de grupos de trabalho e câmaras setoriais.

Cabe mencionar, ainda, os seguintes avanços derivados da atuação do Programa:

- a) Elaboração de proposta de regulamentação do direito de greve e da negociação coletiva no setor público.
- b) Inserção na RAIS de informações referentes à representatividade sindical.
- c) Implementação de nova guia de código de barras, permitindo maior acesso às informações e combate às fraudes na contribuição sindical urbana.
- d) Realização de campanha nacional de atualização sindical, que contou com participação de mais de 10 mil entidades, com o intuito de identificar os sindicatos existentes no país e dar maior transparência à tramitação dos processos de registro sindical.
- e) Capacitação de 2.110 técnicos em relações do trabalho, sendo 65% desse público composto por dirigentes sindicais, abordando os seguintes temas:
 - procedimentos e rotinas das Seções de Relações do Trabalho.
 - negociação e mediação de conflitos de trabalho.
 - reforma sindical e trabalhista.
 - treinamento sobre o Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT.
 - assistência e homologação de rescisão de contrato de trabalho.

RECOMENDAÇÕES

- Redimensionar o índice do indicador “Taxa de Resolução de Conflitos” para 2007, pois já foi alcançado em 2005 e analisar eventuais ajustes nos indicadores, derivados da proposta da equipe gerencial do Programa, quando da próxima revisão.
- Reestimar a meta física da ação 4782, de modo a compatibilizá-la com sua real execução.
- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura para a SRT e as SERETs, de modo a propiciar os meios adequados para o atendimento do objetivo do Programa.

DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País, por meio da democratização do crédito produtivo assistido, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes aos setores prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 500.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário R\$ 10.400.876.754,00

INDICADOR(ES)

1. GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 19.965

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado, tendo em vista que o módulo específico do Sistema de Acompanhamento e Execução do PROGER (SAEP Web) não está concluído para viabilizar tal avaliação.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Unidade de medida: Índice Numérico
Último índice apurado: 100 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 106

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado em 2005, em razão de o módulo específico do SAEP Web não ter sido concluído para viabilizar tal avaliação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso ao crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito a setores intensivos em mão-de-obra e infra-estrutura também é fundamental para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a Política Industrial e de Comércio Exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005, se consideradas apenas as linhas do Programa “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda”, foram contratadas cerca de 2,6 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R\$ 15 bilhões. Considerando todas as linhas disponíveis pelo FAT, foram contratadas cerca de 3 milhões de operações de crédito, como resultado da aplicação de R\$ 21,8 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano, que tem como público alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R\$ 2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R\$ 4,4 bilhões. Em 2005, mais de 2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R\$ 6,4 bilhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda” é constituído por ações formadas por linhas de crédito voltadas para o financiamento de iniciativas empreendedoras, indutoras de emprego e renda, com respeito às especificidades socioeconômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, de infra-estrutura, prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como as micros e pequenas empresas.

O Programa opera com recursos originários da reserva mínima de liquidez do FAT, aplicados na forma de depósitos especiais nas Instituições Financeiras Oficiais Federais - Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Social e Banco da Amazônia e Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP/MCT).

A única ação do Programa desenvolvida com recursos orçamentários, “Monitoramento das Cadeias Produtivas e dos Beneficiários”, não teve execução em 2005. Para 2006, por solicitação da equipe gerencial durante o processo de revisão, foi substituída pela ação “Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT”.

Foi apontada a necessidade de contemplar no PPA novas linhas de crédito específicas, operadas com recursos do FAT, buscando atender às necessidades de

investimentos em setores e regiões específicos, visto que a dinâmica de criação/extinção de Programas/Linhas pelo CODEFAT é diferente da dinâmica de revisão do PPA. Desta forma, estas linhas de crédito deverão ser explicitadas na próxima revisão anual do PPA.

Foi apontado que, apesar de os índices dos indicadores não terem sido apurados, estes atenderiam às necessidades de avaliação do Programa. Assim, a conclusão do módulo no SAEP Web (programa de “software”), viabilizará a apuração dos indicadores em 2006. Entretanto, entende-se que a apuração da quantidade de beneficiários das operações creditícias seja informação básica dentro de um Programa que se propõe a expandir o crédito produtivo, principalmente no que concerne à sua gestão.

Na avaliação anterior, foi mencionado que a equipe responsável pelo acompanhamento gerencial dos programas era limitada, se considerada a quantidade de linhas de crédito e o volume de operações a serem acompanhadas. Esta restrição permaneceu em 2005, sendo corrigida somente no início deste ano com a integração de mais três técnicos à equipe gerencial.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Existe, no âmbito da Gerência, mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações de periodicidade mensal e abrangência nacional, realizado mediante a inserção dos dados de cada operação de crédito no SAEP Web. Este Sistema está sendo aperfeiçoado com vistas a facilitar o processo de captação, armazenamento e disponibilização de dados com maior segurança, agilidade e flexibilidade para implementação, controle operacional e gerencial das informações fundamentais ao MTE.

Destaca-se ainda o fato de a coordenação do Programa estar inteiramente a cargo da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego - SPPE, facilitando a integração entre a gerência e os coordenadores das ações. A Coordenação-Geral de recursos do FAT, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Secretaria Executiva tem trabalhado em conjunto com a Coordenação-Geral de Emprego e Renda/Departamento de Emprego e Salário/SPPE, no intuito de agilizar ainda mais os fluxos, as análises e as liberações de recursos.

O Programa ainda promove a participação social por meio da ouvidoria do MTE, que repassa as demandas à coordenação do PROGER, e mediante o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, órgão tripartite e paritário composto por representantes dos trabalhadores, do governo e dos empresários.

O Programa não avalia a satisfação dos seus beneficiários devido, principalmente, à dificuldade de se desenvolver tal mecanismo quando se considera o elevado volume de operações de crédito. Entretanto, está em estudo um modelo de avaliação por amostragem, além de um módulo via Internet na página do MTE, que poderá ser aperfeiçoado para avaliar a satisfação dos beneficiários.

RECOMENDAÇÕES

- Apurar o índice dos indicadores do Programa, pois estes últimos são os instrumentos capazes de medir seu desempenho, além de demonstrar a real capacidade de atendimento do objetivo estipulado.
- Rediscutir as ações face às novas linhas de crédito específicas operadas com recursos do FAT, buscando atender às necessidades de investimentos em setores e regiões específicos, conforme solicitação da equipe gerencial.
- Alterar o objetivo do Programa, de modo a suprimir o adjetivo “assistido”, que caracteriza o microcrédito produtivo orientado – novo Programa inserido no PPA a partir de 2006.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 57.732.007,00	Empenho Liquidado: R\$ 50.897.440,00 Pago estatais: - Total: R\$ 50.897.440,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO-ÍNDICE DE EMPREENDIMENTOS CERTIFICADOS

Unidade de medida: Número Índice

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 1,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado, tendo em vista que o indicador foi excluído para 2006 por ser mostrar inadequado ao Programa, que não certifica os empreendimentos e sim cadastra-os, tendo sido substituído pelo "Índice de Empreendimentos Cadastrados".

2. NÚMERO ÍNDICE DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Unidade de medida: Número Índice

Último índice apurado: 1,08 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. Embora tenha apresentado evolução favorável, a apuração do índice ainda carece de aperfeiçoamentos metodológicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista.

O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade de os trabalhadores(as) encontrarem alternativas de geração de renda. Assim, políticas de geração de renda, para a inclusão dos menos favorecidos na sociedade, para que exerçam a sua cidadania com dignidade, têm, obrigatoriamente, que levar em consideração, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto o trabalho em outras relações que não a de empregado e patrão.

Na Economia Solidária, encontram-se milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de organizações não governamentais, voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação de 1.071 empreendimentos de economia solidária.
- Apoio a 139 empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, significando a manutenção de mais de 13.000 postos de trabalho.
- Formação de 200 agentes de desenvolvimento solidário.
- Mapeamento de cerca de 15 mil empreendimentos de economia solidária, dos quais participam cerca de 1,25 milhão de trabalhadores, dos quais 35% são mulheres. Entre as atividades econômicas, predominam agricultura e pecuária, realizadas por 64% dos empreendimentos. Ainda, 44% dos empreendimentos encontram-se na Região Nordeste, seguida da Região Sul (17%), Região Sudeste (14%), Norte(13%) e Centro-Oeste (12%).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” possui 7 ações finalísticas que concorrem para o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Parte significativa dos recursos é descentralizada para a execução das ações, em parceria com organizações não governamentais, prefeituras e governos estaduais. O Programa também atua em parceria com as Delegacias Regionais do Trabalho, de maneira a ampliar sua capacidade de atuação nos Estados.

Durante a revisão do PPA, em 2005, o Programa passou por completa readequação. Neste sentido, foram criadas novas ações que contemplassem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, bem como a capacitação dos agentes ligados ao tema; outras ações foram objeto de alterações em seus atributos – finalidade, descrição, produto – de forma a melhor expressar suas linhas de atuação para o ano de 2006.

As alterações da programação desde sua inclusão no PPA, em 2004, aliadas à limitada experiência nacional no assunto, tornam o dimensionamento das metas físicas algo ainda experimental, prejudicando o estabelecimento de parâmetros. Tome-se como exemplo a ação 4737 - “Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária”, cuja finalidade é o fortalecimento de empreendimentos e redes de economia solidária. Sua meta física prevista foi superada em cerca de 44%, passando de 743 para 1.071 empreendimentos apoiados, com recursos da ordem de R\$ 7.705.068,00 (86% da dotação prevista). Ainda nessa linha, a ação 8275 - “Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão”, que objetiva apoiar a recuperação de empresas em crise ou situação falimentar pelos próprios trabalhadores organizados em regime de autogestão, atendeu a 139 empresas - a previsão inicial limitava-se a 4 – valendo-se de R\$ 1.632.615, praticamente 100% da dotação prevista. Assim, regra geral, as metas físicas foram superadas, mas seu resultado poderia ter sido ainda melhor se parte considerável dos recursos não tivesse sido liberada nos últimos meses do ano.

O argumento anterior é válido para explicar a inexatidão dos indicadores do Programa. Estes também foram objeto de alteração na revisão passada, o que deve facilitar a apuração de seus índices no decorrer de 2006. O indicador “Número-Índice de Empreendimentos Certificados” mostrou-se inadequado, uma vez que o programa não buscou certificar os empreendimentos econômicos solidários, sendo substituído pelo “Número-Índice de Empreendimentos Cadastrados”. Já o indicador “Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária” ainda carece de aperfeiçoamentos metodológicos, uma vez que o mapeamento da economia solidária no Brasil foi finalizado apenas em 2005. O mapeamento mostrou que existem 1.250.000 trabalhadores na economia solidária atualmente. Não é possível saber quantos eram em 2004 e, por consequência, estipular o crescimento de postos de trabalho gerados pela economia solidária. Entretanto, mediante as ações do Programa, foram apoiados projetos correspondentes à manutenção e criação de mais de 230.000 postos de trabalho em empreendimentos econômicos solidários. Dados hipotéticos foram utilizados para estimar o crescimento em 7,94%.

Relatou-se a inexistência de integração entre a gerência do Programa e a coordenação da ação 4963 - “Promoção da Inclusão Produtiva”, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, pelo segundo ano consecutivo. A ação executou cerca de R\$ 25 milhões, mas sua performance não pôde ser aferida, pois não foi informado o número de pessoas capacitadas. Sabe-se que a ação procura criar alternativas para geração de trabalho e renda em comunidades populares, por meio de convênios com Estados, Municípios, organizações não-governamentais e outras entidades públicas e privadas. Segundo informações oriundas do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan), a ação foi executada mediante o lançamento de editais, com o objetivo de firmar convênios, todavia, não houve, até o final do exercício, tempo hábil para o efetivo atendimento dos beneficiários.

Ainda, foram mencionadas a falta de espaço físico e a quantidade inadequada de recursos humanos, tanto no âmbito da Gerência, quanto das equipes executoras como fatores restritivos ao adequado desenvolvimento do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Existe, no âmbito da Gerência, processo de acompanhamento e avaliação das ações, que cobre todo o ciclo de desenvolvimento da política. Os coordenadores responsáveis por cada ação monitoram sua implantação e repassam as informações referentes ao desempenho físico a uma equipe que, em conjunto com a Gerência, as sistematiza e consolida. Entretanto, há dois tipos de dificuldades na realização do monitoramento: a falta de recursos humanos para o acompanhamento das ações e, dada a criação recente do Programa, o fato de o desempenho das ações ainda não aparecer adequadamente nas aferições.

Entende-se que o Programa teve atuação dentro das expectativas em relação ao seu público alvo. Considerando-se que este consiste de trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, além daqueles participantes de empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, empresas de autogestão, entre outros) e ainda que o mapeamento nacional de economia solidária apontou a existência de 1.250.000 trabalhadores e trabalhadoras envolvidas nestes empreendimentos; e, ponderando-se que o Programa beneficiou, em 2005, 230.000 pessoas, pode-se afirmar que 1/5 dos beneficiários potenciais foram atendidos, o que parece ser um número significativo. Por outro lado, quando percebido o total de desempregados existentes no Brasil, ainda é um público bastante limitado.

O Programa promove a participação social por meio de audiências públicas e reuniões com grupos de interesse – tanto no plano federal quanto estadual, reunindo empreendimentos solidários e organizações com interface com o tema – além da discussão em conselho setorial, mediante a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, por meio do qual são realizadas reuniões periódicas com os atores sociais envolvidos com o tema.

Considerou-se que um dos aspectos que mais contribuiu na execução do Programa foi a prática da gestão participativa mediante a construção de canais de diálogo com a sociedade civil. Este fator possibilitou, assim, a execução descentralizada e participativa das ações e a elaboração conjunta da política de economia solidária, bem como sua avaliação e aprimoramento.

RECOMENDAÇÕES

- Reestimar as metas físicas e financeiras das ações do Programa, de modo a compatibilizá-las com sua real execução.
- Apurar os índices dos indicadores de modo a aferir se o Programa realmente está sendo efetivo no que se propõe a realizar, além de aperfeiçoar a metodologia de cálculo do indicador “Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária”.
- Aprimorar a integração com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, por meio do comitê gestor do Programa, conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04. Entende-se que, na impossibilidade de

se efetivar esta articulação no decorrer de 2006, deve-se excluir a ação do Programa.

- Priorizar o espaço físico e a quantidade de recursos humanos, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras, de forma a possibilitar o adequado desenvolvimento do Programa

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga a de escravos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 7.017.963,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.040.056,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.040.056,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 4.273 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 5.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. O número de trabalhadores libertados em 2005 aproxima-se do índice previsto ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no País, especialmente nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão e Bahia, atingindo milhares de trabalhadores. Esse fato aponta para necessidade de manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como para o fomento a ações conjuntas com outras instituições governamentais e não governamentais, de modo que se alcance a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005, foram libertados 4.273 trabalhadores, cerca de 54% a mais que no ano anterior (2.776). Apesar de terem sido fiscalizadas 187 fazendas, número menor que em 2004, o número de ações fiscais aumentou em cerca de 12% (de 73 para 82), contribuindo para o resultado positivo do Programa.

- O montante do pagamento das verbas rescisórias (adicional de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, etc.) perfaz o valor de R\$ 7.554.809,51, superior aos R\$ 4.599.774,04 do ano anterior.
- Foram implantadas, em 2005, 20 Varas do Trabalho Itinerantes – em 2004, haviam sido apenas 04 -, as quais têm por finalidade tornar efetivo o combate ao trabalho escravo, por meio da prestação de atendimento judiciário trabalhista *in loco*.
- Assistência financeira concedida ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou de condição análoga à de escravo, na forma de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Em 2005, a cobertura superou 70% do total de trabalhadores libertados -3.043 dentre 4.273 trabalhadores libertados. Tal proporção tende a aumentar, na medida em que os trabalhadores libertados nos últimos meses do ano em curso somente receberão seus benefícios no ano seguinte.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Erradicação do Trabalho Escravo é um programa multisetorial composto por 11 ações envolvendo o MTE, a Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e a Justiça do Trabalho. Deste rol, podem-se destacar como ações-âncora do Programa, ou seja, fundamentais para o atendimento de seu objetivo, a fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado, a implantação de varas de trabalho itinerante em diversos Estados, além do atendimento ao trabalhador libertado por meio da prestação de benefícios sociais, tais como o fornecimento de documentação civil básica e a assistência jurídica.

Embora sua concepção seja adequada, constatou-se que ocorreram dificuldades na integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações implementadas em outros Ministérios, principalmente devido à ausência de informações. Entretanto, não foi informado se esta observação é relativa a todas as ações executadas pela Presidência da República e pela Justiça do Trabalho ou a parte delas. Cabe mencionar que, de acordo com o relatório de validação trimestral do SIGPlan, foram validadas com discordância as ações 103Q -“Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Pará”, Unidade Orçamentária 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá, bem como a ação 4641 -“Publicidade de Utilidade Pública”, da Unidade Orçamentária 38901- Fundo de Amparo ao Trabalhador, do próprio MTE.

No que tange à implementação, o cumprimento das metas físicas ficou dentro do previsto, exceção feita à ação 6461 - “Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo”, na qual foram despendidos cerca de 17% dos recursos previstos (R\$ 51.904,00, de um total de R\$ 300.000,00), para assistir a menos de 5% dos trabalhadores (289 dentre 6.000). Tal desempenho decorre do fato de que essa ação somente é utilizada quando a fiscalização do trabalho não consegue que o empregador arque com as despesas de hospedagem e alimentação dos trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão. Assim, não se discute a pertinência, mas a necessidade de adequar sua meta física e financeira de forma factível, apesar de seu elevado grau de imprevisibilidade.

Nos últimos dois anos, o baixo valor das diárias pagas aos servidores do Poder Executivo (Auditores Fiscais do Trabalho, agentes da Polícia Federal e motoristas) foi apontado como fator de desestímulo à participação nas ações de fiscalização. Tal restrição foi superada com o aumento do valor das diárias para cidades com menos de 200 mil habitantes, conforme decreto n.º 5.554, de 04/10/2005, publicado no D.O.U. de 05/10/2005.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foi atualizada, em novembro de 2005, a chamada “lista suja”, que tem por objetivo informar aos diversos órgãos do Governo Federal os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que cada instituição adote as medidas cabíveis em seu respectivo âmbito de competência. O empregador que consta da “lista suja” perde, por exemplo, o acesso ao crédito oficial para a produção agrícola. Esta quinta atualização da lista identifica um total de 159 empregadores rurais flagrados enquanto mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Em 2005, duas medidas adicionais que visam a dificultar o acesso de empregadores relacionados na “lista suja” a linhas de financiamento foram acordadas: a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) assumiu o compromisso de orientar seus associados no sentido de que adotem restrições cadastrais a empreendimentos onde se tenha constatado o uso de trabalho escravo; e a publicação da Portaria MTE nº 496, que determina o envio das informações da “lista suja” aos bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES e à Caixa Econômica Federal).

Ainda em dezembro de 2005, foi assinado termo de cooperação entre o MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no qual se prevê a inclusão dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Programa Bolsa Família, medida que irá contribuir para promover a reinserção social dos resgatados. Entretanto, foram relatadas dificuldades de integração entre as equipes dos Ministérios no sentido de operacionalizar o termo firmado.

Cabe destacar, ainda, a atuação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) no sentido de possibilitar a participação do público-alvo e fortalecer o controle social do Programa. Participam da CONATRAE entidades representativas do Governo Federal e da sociedade civil, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra, Centros de Defesa dos Direitos Humanos e Sindicatos.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar a articulação entre a Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE e a coordenação das ações implementadas em outros ministérios, por meio do Comitê Gestor do Programa, conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04.
- Reestimar a meta física e financeira da ação 6461 - “Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo”, de forma a adequá-la à sua real execução (fase quantitativa).

GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 158.448.093,00	Empenho Liquidado: R\$ 149.949.286,00 Pago estatais: - Total: R\$ 149.949.286,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

PRINCIPAL RESULTADO

Oferta de condições adequadas para a implementação das políticas finalísticas e para o funcionamento da unidade central e das unidades regionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa procura atender ao objetivo por meio de 9 ações, dentre as quais: 2619 - "Apoio à implementação de Políticas na Área do Trabalho"; 4815 - "Funcionamento das Unidades Regionais; e 8073 - "Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do Ministério do Trabalho e Emprego".

Destaca-se que, embora a execução orçamentária tenha alcançado 94,6% em 2005 (R\$ 158.877.583,00), o contingenciamento orçamentário sobre o MTE acabou por manter o cenário pouco propício à qualificação da sua força de trabalho, tendo sido beneficiados apenas cerca de 35% dos servidores inicialmente previstos. Ressalta-se que a execução foi bastante elevada nas ações nucleares para a manutenção da unidade central e das unidades regionais do MTE e para o financiamento das atividades administrativas e de apoio. Contudo, para as demais ações, foi necessário aplicar uma redução de disponibilidade financeira mais expressiva, já que os créditos suplementares aprovados foram destinados, prioritariamente, aos programas finalísticos.

Ainda, por restrições tecnológicas ligadas à impossibilidade de investimentos em tecnologia da informação, o aprimoramento do trabalho da Ouvidoria não pôde

ser realizado, sendo o número de usuários atendidos, 370.063, cerca de 10% do que havia sido previsto, 3,6 milhões.

Em relação à suficiência das ações, menciona-se a necessidade de evidenciar ação específica voltada para a implementação da “Agenda Nacional de Trabalho Decente – ANTD”, conforme memorando de entendimento firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho. Além disso, indica-se a necessidade de alteração de alguns atributos das ações 2619 - “Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho” e 2631 - “Coordenação e Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”, de forma a torná-los mais adequados às atividades efetivamente realizadas no âmbito do MTE.

Considera-se inadequada a infra-estrutura nas equipes executoras, pois, embora o MTE venha realizando um processo de renovação de seu parque tecnológico, com ênfase nas unidades descentralizadas, persistem lacunas importantes, como é o caso da infra-estrutura para atendimento ao cidadão. Neste caso, foi acordada, junto ao Ministério da Fazenda, a cessão do sistema utilizado pela Ouvidoria-Geral daquele órgão.

Aponta-se, também, a necessidade de expansão, bem como qualificação, de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. De fato, o recurso à terceirização da mão-de-obra tornou-se uma alternativa à redução do quadro de pessoal do MTE, situação especialmente crítica nas unidades descentralizadas. Recentemente foi autorizada a realização de concurso público para atenuar a carência de quadros, ainda não aprovada pelo Congresso Nacional.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação ao monitoramento físico das ações, considera-se que apenas quatro apresentaram produto: 4815 - “Funcionamento das Unidades Regionais”; 8073 - “Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do MTE”; 4572 - “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação” e 8093 - “Observatório do Mercado de Trabalho”.

No caso da ação 4815, o produto corresponde ao funcionamento das 27 unidades regionais existentes nos Estados. No caso da ação 8093, os estudos e relatórios são produzidos e disseminados no Ministério por meio impresso e inclusão no sítio da Internet. No caso da ação 4572, mesmo com a escala restrita de atuação do processo de capacitação de recursos humanos, existem relatórios específicos da área acerca dos servidores atendidos. Já a ação 8073 dispõe de mecanismos de acompanhamento dos resultados, na forma de relatórios eletrônicos sistemáticos.

RECOMENDAÇÕES

- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, de modo a propiciar os meios adequados para o atendimento do objetivo do programa.
- Inserção de nova ação 2C45 - “Agenda Nacional de Trabalho Decente” na revisão anual do PPA.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 11.517.417.609,00	Empenho Liquidado: R\$ 11.464.036.399,00 Pago estatais: - Total: R\$ 11.464.036.399,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE COBERTURA DO SINE NA (RE) INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7,34 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. O índice verificado para o ano de 2005 foi de 7,34%, indicando queda de 14,65% em relação ao índice de referência (8,6) e 6,61% em relação ao ano de 2004 (7,86).

2. TAXA DE CAPTAÇÃO DE VAGAS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 14,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. O índice de referência, em 2003, era de 15,9; no ano de 2004, o valor encontrado foi 14,86 e em 2005 foi de 14,11. Observa-se, assim, uma queda de 11,26% no período de 2003-2005.

3. TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 53,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. O índice de referência obtido em 2003 foi de 54,2%; em 2004, 53,1% e, no ano de 2005, o número encontrado é de 52,0%. Percebe-se assim, uma queda de 4,06% no período 2003-2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ante o cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, de integração de mercados, aumento da competitividade e de transição geográfica do emprego, percebem-se alterações estruturais importantes no mercado de trabalho brasileiro, as quais acarretam maior risco de desemprego involuntário. Na presente década, aumentou o tempo de desemprego que, aliado à demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa - PEA, elevam a necessidade de ampliação da integração e articulação da intermediação de mão-de-obra com o seguro-desemprego de forma a minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Colocação de 893,6 mil trabalhadores no mercado de trabalho, o que representa o melhor resultado desde 2002, por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, nos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE).
- Atendimento de 5,3 milhões de trabalhadores com o seguro desemprego - 20,9% superior ao ano anterior (4,3 milhões), no âmbito do Sistema Público de Emprego.
- Foram beneficiados 9,7 milhões de trabalhadores com o pagamento do abono salarial, 10,2% superior ao ano anterior (8,8 milhões).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é executado para atingir o objetivo a que se destina por meio de dezesseis ações, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, as quais possuem como linhas gerais de atuação: implantação de política de renda por meio do pagamento do abono salarial; prestação de assistência ao desempregado por meio do seguro-desemprego - concedido ao dispensado sem justa causa, empregado doméstico, pescador artesanal e trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo - além de bolsa qualificação; facilitação de vagas e profissionais para empregados e empregadores por meio dos postos do SINE; disponibilização de informações de forma a fortalecer as ações dirigidas ao Sistema Público de Emprego, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), além de integrar as ações de emprego por meio do

Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego (SIGAE). Conta, ainda, com a identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

O cumprimento das metas físicas ficou dentro do previsto, sendo exceção a CBO, que não pôde dar continuidade aos processos de identificação e pesquisa de família ocupacional por falta de recursos orçamentários. Os resultados do Programa poderiam ter sido ainda mais significativos, mas a insuficiência orçamentária prejudicou a ampliação das ações de forma a expandir a capilaridade do Sistema Público de Emprego. Além disso, interferiu negativamente no processo de monitoramento das políticas públicas de emprego, inviabilizando o crescimento e a capacitação das equipes que acompanham tais atividades, em especial a da intermediação de mão-de-obra, do seguro-desemprego e da geração de emprego e renda. Nesse sentido, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em algumas regiões metropolitanas, poderia ser ampliada, de forma a subsidiar ações nas áreas de qualificação e requalificação, captação de vagas, intermediação de emprego, servindo como instrumento orientador das políticas de emprego, trabalho e renda.

Ainda, a liberação de recursos de forma descontinuada dificultou a execução financeira dos órgãos executores do Sistema. De fato, a imprevisibilidade nos repasses ocasionou sucessivos remanejamentos entre o MTE e os seus conveniados, provocando alterações nos planos de trabalho estabelecidos, sendo a maioria dos 27 convênios com os governos estaduais e com o DF, destinados à execução do SINE, aditados até abril de 2006. Neste ponto, destaca-se a publicação da Instrução Normativa n.º 001/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, que disciplinou o cumprimento de exigências para transferências voluntárias e instituiu o Cadastro Único dos Convênios –CAUC. Tal norma obrigou governos estaduais e municipais a liquidarem suas obrigações junto ao Governo Federal de tal forma que, mesmo que as Secretarias de Trabalho estivessem adimplentes, a condição de inadimplência de outros órgãos do estado/município constituiu fator impeditivo para o repasse àquelas secretarias. Essa exigência somente foi flexibilizada em dezembro, a partir de medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal, impetrada por 18 estados e pelo Distrito Federal.

No que tange à ação Gestão e Administração do Programa – GAP, sua dotação tem decrescido ano-a-ano (houve redução de R\$ 1.259.000,00, em 2004, para R\$ 385.000,00 em 2005), tornando-se óbice para o aprimoramento da formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, já que a maior parte de seus recursos foi direcionada para apoiar os processos do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Não obstante, cabe lembrar que existe a ação específica 2631 – Coordenação e Manutenção do FAT, que tem por finalidade prestar assessoramento às atividades do CODEFAT, inserida no Programa 0106 Gestão de Política de Trabalho, Emprego e Renda. Desta forma, além da diminuição dos recursos, sua aplicação deve ser repensada.

Os índices dos indicadores decresceram apesar de haver ocorrido, em números absolutos, aumento tanto no número de trabalhadores inseridos pelo Sistema Público de Emprego, quanto no número de vagas coletadas. Argumenta-se que o esforço do Sistema em obter melhores resultados não foi suficientemente capaz de acompanhar o crescimento das colocações no mercado formal em igual proporção. Algumas considerações se fazem relevantes nessa análise: 1) nem todas as vagas que

surtem no mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE; e 2) as vagas que são captadas pelo Sistema não lhe são exclusivas, existindo, assim, outros mecanismos de intermediação entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho. Ainda assim, os indicadores apontam a necessidade de aprimorar o desenho do SINE, de forma que possa melhor aproveitar os momentos de elevação da demanda por trabalho.

Observou-se, ainda, que os indicadores do Programa estão orientados aos resultados obtidos apenas com a política de Intermediação de Mão-de-Obra, já que consideram os resultados obtidos pelos serviços de colocação e os comparam com a movimentação de trabalhadores, verificada apenas no mercado de trabalho formal, segundo as informações do CAGED. Assim, na próxima revisão deverá ser discutida a possibilidade de inserção de novos indicadores que contemplem a cobertura dos trabalhadores beneficiados pelo abono-salarial e pelo seguro-desemprego.

Foram apontadas reformulações necessárias, as quais deverão ser discutidas durante o processo de revisão 2006, em três das ações do Programa: a) Identificação do trabalhador por meio da CTPS, de forma que a ação também contemple gastos com despesa de capital, como a aquisição de equipamentos de informática; 2) Classificação Brasileira de Ocupações, sendo seu produto alterado de “exemplar distribuído” para “famílias ocupacionais atualizadas”, dada a permanente atualização da CBO em face das transformações ocorridas no mercado de trabalho; e 3) Relação Anual de Informações Sociais, revelando-se necessário o redimensionamento da meta física devido à alteração de seu produto na revisão passada.

Foi, ainda, mencionada a necessidade de aprimoramento das relações com a área responsável pela ação “Publicidade de Utilidade Pública”, de modo a aperfeiçoar a divulgação das informações relativas ao Programa - caso do seguro-desemprego e do abono salarial.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Gerência do Programa conta com mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. O seguro-desemprego possui sistema próprio que acompanha todo o processo de recepção, triagem, checagem de dados, geração de informações e pagamento do benefício. Os mecanismos de controle para pagamento do benefício se iniciam desde a checagem e averiguação da documentação apresentada pelo requerente até o cruzamento do sistema com outras bases de dados do Governo Federal, caso do CAGED e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

No processo de monitoramento dos serviços prestados pelos executores da intermediação de mão-de-obra, o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE) permite o ingresso informatizado de trabalhadores e a possibilidade de tornar mais eficiente o cruzamento de vagas captadas e trabalhadores encaminhados ao mercado. Também permite o acesso às informações em meios magnéticos na coordenação central do sistema, abrindo a possibilidade de uma série de investigações do perfil dos trabalhadores e das vagas coletadas.

Além disso, as entidades executoras que atuam nos serviços de intermediação de mão-de-obra encaminham até o décimo dia do mês subsequente o resultado de seu desempenho, por meio de relatórios específicos de intermediação.

Consideram-se público-alvo do Programa os trabalhadores formais dispensados do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles à procura de postos de trabalho e os empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial. Desta forma, levando-se em consideração que as metas estabelecidas pelas várias linhas de ação do Programa foram em grande parte superadas, pode-se inferir que sua cobertura encontra-se dentro do esperado.

Apesar de o Programa não apurar a satisfação do beneficiário, os trabalhadores que se dirigem às unidades de atendimento do SINE têm sido beneficiados pela implantação do sistema informatizado que congrega, além da colocação de mão-de-obra, ações voltadas à integração das políticas de qualificação social e profissional e de seguro-desemprego, objetivando a consolidação do Sistema Público de Emprego.

O Programa possui diversos mecanismos de promoção da participação social, como a ouvidoria do MTE, bem como a discussão no âmbito do CODEFAT, considerando seu caráter tripartite e paritário. Todas as Unidades da Federação dispõem de conselhos ou comissões estaduais de emprego vinculadas ao CODEFAT, além das comissões municipais de emprego que, atualmente, perpassam duas mil e novecentas devidamente instaladas.

Destaca-se, ainda, a realização de 5 Congressos Regionais, no 1º semestre de 2005, nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte do Brasil. A realização desses eventos permitiu a escolha de representantes no II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, que aconteceu no final de agosto de 2005, em São Paulo, com a participação de mais de 1.400 pessoas, entre congressistas e observadores.

RECOMENDAÇÕES

- Canalizar os recursos da GAP de forma a potencializar o aprimoramento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.
- Priorizar recursos humanos, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras (inclusive capacitação), de forma a possibilitar a ampliação das atividades de acompanhamento das políticas.
- Melhorar a integração com o coordenador da ação “Publicidade de Utilidade Pública”, de forma a tornar mais efetiva a divulgação das informações do Programa.
- Estudar as alterações propostas pelo Gerente do Programa, relativas a três ações específicas e ao estabelecimento de novos indicadores, quando da revisão anual do PPA.

PRIMEIRO EMPREGO

OBJETIVO

Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

PÚBLICO-ALVO

Jovens de 16 a 24 anos, desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego, com prioridade de acesso para os de baixa renda e baixa escolaridade, com destaque para gênero, raça/cor e necessidades especiais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 140.399.903,00	Empenho Liquidado: R\$ 100.990.178,00 Pago estatais: - Total: R\$ 100.990.178,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE JOVENS DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO NO TOTAL DE ADMISSÕES

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 8,98 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 10,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

-

CONTEXTUALIZAÇÃO

Do total de pessoas desempregadas no Brasil, cerca de 47% são jovens entre 16 e 24 anos de idade. As principais limitações deste público para inserção no mercado de trabalho são a baixa escolaridade e o reduzido nível de qualificação profissional, sendo que a maioria desses jovens são provenientes de famílias de baixa renda. No entanto, a inserção precoce de jovens no mercado de trabalho ocorre fundamentalmente pela necessidade de complementação da renda familiar e acontece de forma inadequada, pois não é precedida de preparação ou transição da escola para o mundo trabalho. Tal inserção precoce do jovem também afeta o mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de jovens exerce pressão sobre o nível de emprego e, conseqüentemente, sobre os salários.

Desta maneira, são necessárias políticas públicas capazes de promover o incentivo à escolarização e qualificação do jovem e, paralelamente, a inserção mais qualificada no mercado de trabalho, por meio da aquisição de experiência profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Qualificação de 30.913 jovens nas várias linhas de ação do Programa.
- Inserção de 40.144 jovens no mercado de trabalho por meio, principalmente, da regularização do contrato de aprendizagem devido à ação de fiscalização do trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE) compreendia, em 2005, seis ações finalísticas voltadas para jovens de 16 a 24 anos, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, sendo 70% das vagas destinadas àqueles com ensino fundamental ou médio incompletos. Essas ações visavam a gerar empregos e preparar os jovens para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Percebeu-se que o principal problema para a inserção desses jovens no mundo do trabalho não era a falta de incentivo às empresas para a sua contratação, mas sim a falta de requisitos de qualificação apresentados pelos jovens. Assim, em 2005, durante o processo de revisão do PPA, o Programa foi reorientado no sentido de prestigiar o eixo da qualificação dos jovens, sempre voltada à inserção no mundo do trabalho, ao invés de concentrar a atenção no eixo da subvenção econômica.

Assim, ocorreu a fusão das ações “4787 - Qualificação de jovens para o serviço voluntário” e “4789 - Qualificação e assistência técnica ao jovem para o empreendedorismo”, com a finalidade de unificar as linhas de ação do PNPE que fornecem qualificação social e profissional aos jovens de baixa renda e baixa escolaridade. A nova ação de qualificação contempla, em sua descrição, as várias linhas de qualificação do PNPE, a saber: Consórcios Sociais da Juventude (nas regiões metropolitanas, executados em parceria com ONGs, e que possuem a meta de inserir, pelo menos, 30% dos jovens qualificados), Juventude Cidadã (antigo “Serviço Civil Voluntário”, executado em parceria com prefeituras de municípios de baixo IDH) e Empreendedorismo Juvenil.

Este diagnóstico coaduna-se com o inexpressivo resultado apresentado pela ação 0688 - “Estímulo financeiro ao empregador para geração do primeiro emprego destinado a jovens”: em 2005, apenas 3.716 jovens foram inseridos por meio desta ação. A baixa adesão empresarial deveu-se também ao excesso de exigências legais e dificuldades burocráticas para adesão ao Programa.

Na revisão mencionada, a ação “4788 - Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego, inseridos no serviço civil voluntário” teve seus atributos alterados, de modo a contemplar todos os jovens que participam dos cursos de qualificação do PNPE. O pagamento do auxílio financeiro é feito aos jovens que se encontram em qualificação nos Consórcios Sociais da Juventude, e o número de jovens que recebem o auxílio financeiro é o mesmo dos que se encontram em qualificação, sendo o valor pago de até R\$ 150,00 por um período máximo de 06 meses, a partir do início da qualificação.

Em relação à ação 4729 – “Fiscalização do Trabalho de Adolescentes”, esta contempla duas funções: uma é a fiscalização, feita pela Secretaria de Inspeção do Trabalho e a outra é a sensibilização junto às empresas para que ultrapassem a cota de 5% de aprendizes, mínimo estabelecido em lei. As empresas que, mediante Termos de Cooperação Técnica, elevam sua cota acima dos 5% previstos na lei, recebem o selo de Empresa Parceira do Primeiro Emprego. Cabe destacar que do total de 33.706 adolescentes cujos contratos de trabalho foram regularizados sob ação da fiscalização do trabalho, em 2005, 29.605 foram contratados como aprendizes, nos termos da Lei nº 10.097/2000.

O PNPE conta, também, com uma ação executada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf/ Ministério da Integração, voltada para jovens residentes no meio rural, que oferece cursos de formação da cidadania e incentivos ao cooperativismo. Em 2005 esta ação superou a meta de 880 e capacitou 1.310 jovens – número menor, entretanto, que os 2.291 jovens capacitados em 2004. Entretanto, foi relatado baixo grau de coordenação entre as equipes da Codevasf e MTE, limitando-se a algumas reuniões.

O índice do indicador “Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego - PNPE no total de admissões” está em apuração, sendo o atraso devido à análise da prestação de contas dos convênios executados em 2005, que ainda está ocorrendo. Atente-se ao fato de que o atual indicador já é resultado da última revisão do PPA, na qual alegou-se impossibilidade de mensuração do anterior. Em suma, ainda não foi possível avaliar o PNPE com base em seus indicadores, mas sabe-se que o atual é composto por dados plenamente apuráveis.

Mencionou-se que o desempenho do Programa foi aquém do esperado devido ao contingenciamento orçamentário e ao fluxo irregular de recursos para o pagamento das ações de qualificação e auxílio financeiro. De fato, vários convênios foram efetivados somente em dezembro, em razão da liberação tardia dos recursos, alongando sua execução para 2006. Em termos orçamentários, houve remanejamentos por crédito adicional da ordem de R\$ 49.500.000,00 (Decreto publicado no D.O.U do dia 20/06/05, referente a R\$ 10.100.772,00 e PL enviado ao Congresso Nacional remanejando mais R\$ 39.999.228,00, em conformidade com a Lei nº 11.208, de 16/12/2005). Do total, R\$ 45.000.000,00 foram remanejados da ação 0688, de subvenção econômica, para as ações de qualificação, as quais beneficiaram 29.603 jovens, cerca de 40% dos 74.598 previstos.

Alerta-se para o fato de o custo médio das ações 0688 - “Estímulo financeiro ao empregador para geração do primeiro emprego destinado a jovens” e 4788 - “Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego inseridos no serviço civil voluntário” ter ficado acima do que estabelece a lei nº 10.748, que criou o PNPE, alterada pela Lei nº 10.940, de 27/08/2004. Em suma, enquanto a Lei prevê que, para a ação 0688, deverão ser observadas seis parcelas bimestrais de R\$ 250,00, totalizando R\$ 1.500,00 por emprego gerado, apresentou-se o custo médio de R\$ 2.364, segundo os dados constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento -SigPlan. Relatou-se que isto decorreu de haver sido pago, com recursos desta ação, o valor de R\$ 5.056.000,00, correspondente ao desenvolvimento de um sistema para seu acompanhamento.

No que tange à ação 4788, verificou-se no SIGPlan custo médio de R\$ 956,00, valor superior aos R\$ 900,00 estabelecidos na referida lei. Informou-se que a diferença no

custo médio desta ação ocorreu por conta do acréscimo de R\$ 0,57 a cada parcela, para o pagamento da CPMF.

Mencionou-se, ainda, a necessidade de se aliar a qualificação profissional com a elevação da escolaridade do jovem – fator restritivo para a sua inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, acreditava-se que os Consórcios Sociais da Juventude oferecessem qualificação profissional a jovens que, em virtude de sua situação sócio-econômica, têm dificuldades de acesso ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, além de apoio para a elevação da sua escolaridade. Vislumbra-se, pois, a possibilidade de aprofundamento da parceria – atualmente focada nos arcos ocupacionais - com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), da Presidência da República, que conjuga elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias para jovens de 18 a 24 anos, que vivem nas capitais de Estados e no Distrito Federal e não concluíram o ensino fundamental. Há ainda espaço para integração com o Programa de Qualificação Social e Profissional - PQSP, do próprio MTE, no qual o jovem é público prioritário, segundo diretrizes do Plano Nacional de Qualificação.

Por fim, mencionou-se falta de espaço físico para a equipe gerencial do Programa, além da necessidade de elaboração de uma estrutura de recursos humanos mais adequada para o monitoramento das ações, tanto na equipe gerencial, como nas Delegacias Regionais do Trabalho.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Considera-se que o relatório enviado pela gerência do programa não gerou subsídios suficientes para a elaboração desta avaliação. Dessa forma, buscou-se agregar informações de outras fontes, tais como Mensagem Presidencial 2006, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SigPlan, Sistema de Metas Presidenciais - SMP e Balanço de Governo 36 meses.

Mencionou-se que o Programa promove a participação social por meio de audiências públicas, quando da implementação territorial dos Consórcios Sociais da Juventude, e por meio de seu Conselho Consultivo. Entretanto, não avalia a satisfação de seus beneficiários, fator que poderia agregar valor ao aperfeiçoamento do Programa.

Foi relatado que o desempenho do Programa, no que tange à cobertura do público-alvo, estaria dentro do esperado, considerando-se a disponibilidade orçamentária, e que os dados da PNAD apontavam para 1.513.427 jovens desocupados. Entretanto, faz-se mister frisar que a PNAD 2004 indica que o total de desocupados, na faixa de 16-24 anos, é de 3.784.801 jovens. O Programa, entre qualificações e inserções, atendeu a cerca de 65.000 jovens no ano de 2005, ou seja, 1,75% de seu público-alvo. É provável que o número relatado se restrinja aos jovens potenciais das regiões metropolitanas, foco dos Consórcios Sociais da Juventude.

RECOMENDAÇÕES

- Apurar o índice do indicador “Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego - PNPE no total de admissões”, de modo a aferir se o Programa realmente está sendo efetivo no que se propõe a realizar, ou seja, inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

- Aprimorar a integração do PNPE com o PQSP, por meio do comitê de coordenação de programas - conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04 - e com o ProJovem/PR, de modo a propiciar a elevação da escolaridade em conjunto com a qualificação do jovem e sua posterior inserção no mercado de trabalho.
- Aprimorar a integração com a Codevasf/ MI, por meio do comitê gestor do PNPE, conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04.
- Alertar para o fato de o custo médio das ações 0688 - “Estímulo financeiro ao empregador para geração do primeiro emprego destinado a jovens” e 4788 - “Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego inseridos no serviço civil voluntário” terem ficado acima do que estabelece a lei nº 10.748, que criou o PNPE, alterada pela Lei nº 10.940, de 27/08/2004. Assim, as metas físicas e financeiras dessas ações deverão ser redimensionadas.
- Criar um sistema de aferição da satisfação do beneficiário, com a finalidade de obter sugestões para o aperfeiçoamento do Programa, principalmente no que tange aos cursos ministrados nos Consórcios Sociais da Juventude.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

OBJETIVO

Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador, articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho ou para manter seus empregos e pessoas que desejem abrir negócio próprio.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 130.134.247,00	Empenho Liquidado: R\$ 88.869.927,00 Pago estatais: - Total: R\$ 88.869.927,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CARGA HORÁRIA MÉDIA POR PESSOA QUALIFICADA

Unidade de medida: Hora

Último índice apurado: 130,94 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 200,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. A execução física das ações de qualificação encontra-se em andamento, com término definido pelo CODEFAT para 15/4/2006. Considerando-se que a carga horária média, em 2004, foi de 195,08h e que o índice referente a 2005 ainda é preliminar, há uma alta viabilidade de atendimento do índice originalmente previsto.

2. NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE MULHERES

Unidade de medida: Número-Índice

Último índice apurado: 1,26 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta, considerando que o índice apurado para 2005 ainda é preliminar.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Unidade de medida: Número-Índice

Último índice apurado: 66 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2003 e 2004, alcançou-se o resultado de 75%, percentual que deverá ser ampliado assim que for apurado novamente o índice em abril de 2006.

4. TAXA DE ENCAMINHAMENTO PÓS-QUALIFICAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 87,50 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2005, o índice previsto para o final do PPA foi superado.

5. NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE JOVENS (16 A 24 ANOS)

Unidade de medida: Número-Índice

Último índice apurado: 2,14 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2005, o índice previsto para o final do PPA foi superado.

6. NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE NÃO-BRANCOS

Unidade de medida: Número-Índice

Último índice apurado: 1,35 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. Um dos desafios para se viabilizar o atingimento do índice previsto é estimular os trabalhadores matriculados no PQSP a declararem sua etnia (uma vez que a declaração é opcional), o que vem sendo desenvolvido pelo Programa e suas entidades conveniadas.

7. NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA ESCOLARIDADE

Unidade de medida: Número-Índice

Último índice apurado: 0,94 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Considerando-se a elevação da média nacional de escolaridade do trabalhador brasileiro nos últimos anos e o fato de que 94% dos beneficiários do Programa possuem baixa escolaridade (menos que ensino médio incompleto), entende-se que o indicador está muito próximo do alcance da meta do PPA que a declaração é opcional), o que vem sendo desenvolvido pelo Programa e suas entidades conveniadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de trabalho nacional caracteriza-se por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixa escolaridade e/ou renda, são as mais fortemente impactadas, sendo a taxa de desemprego metropolitano manifestamente desfavorável às mulheres e aos jovens.

Tais características estruturais demandam, para serem superadas, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada, em associação estreita com outras ações e políticas de governo, voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foi contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores, com recursos da ordem de R\$ 88,8 milhões. Além disso, foram firmados convênios com 23 entidades para o desenvolvimento metodológico e curricular do Programa, com repasse de R\$ 6,8 milhões.
- Destaca-se ainda a taxa de 87,5% relativa ao encaminhamento pós-qualificação dos educandos ao mundo do trabalho, com tendência de crescimento a ser confirmada assim que o índice for apurado ao final dos cursos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa “Qualificação Social e Profissional – PQSP” contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, por meio da qualificação social e profissional e da certificação do trabalhador, com vistas a possibilitar seu acesso e sua permanência no mundo do trabalho.

A execução das ações do Programa ocorre de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs (convênios com Estados, Municípios e consórcios municipais, que se responsabilizam pela articulação das demandas de qualificação e pela contratação de entidades executoras) e também mediante Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs (convênios com entidades de educação e qualificação profissional de reconhecida competência e experiência, com articulação prévia entre Estados, Municípios, empresas e sindicatos). Em 2005, destaca-se a implementação de quatro Planos Setoriais de Qualificação, voltados para os setores econômicos de Aeronáutica, Construção Civil, Petróleo e Gás Natural, Metalurgia e Turismo. Há ainda os Projetos Especiais de Qualificação – Proesqs, meio pelo qual

entidades sem fins lucrativos podem apresentar projetos, desde que tenham caráter regional ou nacional.

No que tange à forma de repasse de recursos, permanece o descompasso entre a liberação do fluxo de recursos financeiros, parte dele ocorrendo em período avançado do ano, e a adoção de mecanismos licitatórios, carreando dificuldades para a adequada execução das ações de qualificação. De fato, a apuração dos resultados do Programa, com base na evolução dos índices de seus indicadores, ficou prejudicada, já que as ações de qualificação relativas aos convênios firmados em 2005 têm término previsto para abril de 2006. Esta situação decorre tanto das limitações orçamentário-financeiras a que o PQSP foi submetido quanto de especificidades da gestão operacional.

O contingenciamento implicou em redução de 61% no limite de movimentação e empenho do Programa em fevereiro, passando de R\$131,3 milhões (LOA 2005) para R\$ 50,4 milhões. Houve recomposição parcial somente no mês de novembro, alcançando R\$88,5 milhões, correspondentes a 67% da dotação orçamentária definida na LOA 2005. Desse modo, entre fevereiro e outubro de 2005, o PQSP operou com 39% da dotação original, afetando negativamente o cumprimento das metas físicas. Diante desta situação, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador – CODEFAT instituiu a Resolução n.º 461, de 03/11/2005, que ampliou, em caráter excepcional, o prazo para a execução das ações de qualificação social e profissional até março de 2006, a fim de viabilizar a plena utilização dos recursos destinados ao PQSP. Este prazo ainda foi prorrogado por ofício pela presidência do CODEFAT para 15/4/2006. Assim, a execução física das ações de qualificação ainda encontra-se em andamento e os resultados de 2005 ficaram limitados. De fato, as três ações de qualificação do Programa alcançaram menos de 10% da meta física prevista (21.082 sobre 231.527), embora tenha sido contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores, cerca de 43,4% da meta estipulada.

Há também dificuldades operacionais que prejudicaram a execução do Programa. Tratando-se de convênios, houve dificuldades na obtenção da documentação sobre a situação de adimplência por parte das entidades conveniadas, tanto governamentais quanto não-governamentais, ocasionando atrasos e dificuldades para sua celebração.

Além disso, as entidades conveniadas, em particular as Secretarias Estaduais e Municipais de Trabalho, mencionaram que a necessidade de adoção de processos licitatórios para a contratação de entidades executoras implica em atrasos na implementação do cronograma de execução física das ações. Entretanto, não foram apresentadas alternativas para se contornar esta dificuldade.

Ainda, apesar de os recursos materiais e a infra-estrutura estarem adequados à implementação do Programa, existe a necessidade de fortalecimento da equipe gerencial mediante a agregação de novos servidores aos quadros existentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As informações relativas ao desempenho físico do PQSP são captadas por meio do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA), cuja alimentação é feita por meio de três estratégias:

- As entidades contratadas por Secretarias Estaduais ou Municipais de Trabalho conveniadas alimentam o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego - SIGAE (informatizado), especificando quantitativo, identificação do educando, Município e curso realizado. No caso de Projetos Especiais de Qualificação e Planos Setoriais de Qualificação, a alimentação é feita diretamente pelas entidades conveniadas. A abrangência é local, no caso da alimentação individual de cada entidade, e nacional, no caso da consolidação realizada pelo SIGAE. Não há periodicidade pré-definida, pois a alimentação é realizada ao final dos cursos. Entretanto, ainda são verificados atrasos no processo de alimentação do SIGAE, causando problemas ocasionais para a apuração periódica do nível de execução física do Programa.
- Visitas técnicas de monitoramento por parte da Coordenação de Monitoramento e Supervisão do Departamento de Qualificação, em conjunto com as Delegacias Regionais do Trabalho, para verificação do grau e das condições de realização das metas físicas conveniadas junto às Secretarias Estaduais/Municipais de Trabalho para os Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs e entidades responsáveis pelos ProEsQs. A abrangência das visitas de monitoramento é nacional e sua periodicidade é determinada pelo grau de realização das ações de qualificação e pela disponibilidade orçamentário-financeira.
- Realização de avaliação do Programa por entidade externa de abrangência nacional, que visita todas as entidades conveniadas, com vistas à preparação dos relatórios. As visitas de avaliação iniciam-se, em geral, após 50% da execução total das ações. A avaliação externa referente ao ano de 2005 está sendo realizada pela Fundação UNITRABALHO, porém, dado que a suplementação orçamentária ocorreu apenas em novembro, há previsão de que seu relatório seja disponibilizado apenas ao término do primeiro semestre de 2006.

Ainda, o PQSP procura mensurar a satisfação dos beneficiários por meio de questionários aplicados pela equipe técnica de monitoramento e pela entidade conveniada para a avaliação externa do Programa, de modo a captar críticas e recomendações de pessoas que freqüentaram os cursos de qualificação, permitindo tratar dos problemas em nível local e fornecendo insumos importantes para a correção de rumos.

O Programa possui diversos mecanismos de promoção da participação social, entre os quais se destacam: a ouvidoria do MTE; audiências públicas específicas nas Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, para discussão, revisão e validação das propostas de Planos Territoriais de Qualificação, na fase de planejamento (no que tange aos Planos Setoriais de Qualificação, as audiências públicas são pré-requisito obrigatório); reuniões com grupos de interesse (órgãos governamentais, não-governamentais e entidades de classe); e discussões em conselho setorial. De fato, os PlanTeQs são discutidos nas Comissões Estaduais/Municipais de Trabalho, compostas por representantes governamentais, empresariais e sindicais. Além disso, o CODEFAT delibera regularmente sobre o andamento do PQSP, pois é responsável pela instituição das resoluções que normatizam o Programa.

Essa participação social, em particular nas Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, possibilita a definição de prioridades de atendimento no que diz respeito

tanto aos setores econômicos quanto ao público prioritário. Dessa forma, o CODEFAT e as Comissões/Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego tornaram-se espaço privilegiado de controle social sobre as políticas de qualificação e a aplicação dos recursos.

Por fim, ressalta-se a seleção de jovens como um dos públicos prioritários do PQSP, conforme diretriz institucional do MTE, visando a contribuir efetivamente para a criação de condições de dignidade para a sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o indicador “Número-Índice de Participação da Qualificação nas Políticas Públicas” para “Taxa de Participação da Qualificação nas Políticas Públicas”, de forma a compatibilizá-lo com a informação prestada pelo Gerente e com a previsão final.
- Alterar o índice dos indicadores “Taxa de Encaminhamento Pós-qualificação ao Mundo do Trabalho” e “Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos)”, pois o previsto para 2007 já foi alcançado.
- Priorizar o PQSP quando da alocação de recursos pelo órgão, após a edição dos decretos de programação orçamentário-financeira, de modo a garantir um fluxo contínuo de recursos e, conseqüentemente, o cumprimento dos prazos de execução das ações de qualificação.
- Lotar um número adequado de recursos humanos na equipe gerencial, de modo a favorecer o bom andamento do programa.

REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa – PEA.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 32.357.547,00	Empenho Liquidado: R\$ 20.864.638,00 Pago estatais: - Total: R\$ 20.864.638,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 89,83 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 86

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Observa-se que o índice apurado mensalmente, em 2005, ficou sempre acima do índice final previsto para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cerca de 40% da PEA brasileira está inserida no mercado de trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, afetando negativamente as condições de trabalho, inclusive no meio rural. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente por meio de seu corpo fiscal, de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas. Através do Programa Rede de Proteção ao Trabalho, é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e da arrecadação do FGTS, o trabalho no campo, na busca de garantir direitos trabalhistas para uma maior parcela da PEA, de forma a reduzir a precarização e fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005, houve 746.272 trabalhadores registrados pelas ações de fiscalização do trabalho – a formalização do contrato de trabalho na CTPS garante aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. Cumpre destacar, também, que do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 115.560 eram trabalhadores rurais. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo, 27.650.699, superando os números de 2004, cujo total chegou a 24.453.179.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A partir das atividades de fiscalização, o foco do Programa é a garantia do cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho, principalmente no que tange à formalização do vínculo empregatício. Estas atividades são divididas basicamente em duas ações: 2628 - “Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS” e 4785 - Fiscalização do Trabalho no Campo”. A primeira superou a meta prevista e alcançou 630.712 trabalhadores, valendo-se de cerca de 60% dos recursos previstos. Já a segunda ação alcançou 115.560 trabalhadores, dos 130.000 previstos para a área rural, utilizando-se cerca de 81% da dotação orçamentária prevista. Deve-se acentuar, entretanto, que nesta segunda ação a dotação orçamentária manteve-se igual, em termos nominais, à do ano anterior, significando uma redução dos recursos reais alocados. Isto é apontado como uma inadequação na alocação de recursos entre as ações, sendo insuficientes os recursos executados na ação 4785, o que gera dependência em face das operações programadas para a ação 2628, prejudicando seu plano de trabalho voltado para o campo.

Desta forma, embora o índice do indicador do Programa já tenha ultrapassado o previsto para o final do PPA, é possível sugerir que os seus resultados podem ter ficado aquém do esperado, tendo em vista as restrições ocorridas no âmbito da ação 2628 - “Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS”, a qual oculta uma despesa rígida relativa à indenização de transportes paga aos Auditores Fiscais do Trabalho (AFT). Isso porque, dos cerca de 15,3 milhões de reais executados em 2005, 5,3 milhões de reais foram destinados para custear a referida indenização, comprometendo o direcionamento da fiscalização para todos os focos de informalidade do país, levando à priorização de atividades econômicas e/ou região.

Nota-se ainda, na avaliação do conjunto de ações, que, apesar de as metas físicas em sua maioria terem sido atingidas, a execução do programa foi prejudicada pelos ajustes internos necessários em face da liberação irregular de recursos e do contingenciamento orçamentário. Ressalta-se, também, que foi solicitado crédito suplementar, cuja liberação aconteceu no quarto trimestre, dificultando o alcance de resultados mais expressivos.

O cenário de restrições foi agravado pelo insuficiente número de AFT para lidar adequadamente com o problema da informalidade no País. Segundo parâmetros internacionais, deveria haver cerca de 4.500 em todo o Brasil, mas esse número não passa, hoje, de 3.000. Além disso, a qualificação dos AFT foi prejudicada pela falta

de recursos financeiros. No entanto, ao final de 2005, por meio de um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, foi possível capacitar 411 AFT, número que corresponde a pouco mais que 12% do efetivo.

Foram apontadas inúmeras limitações quanto aos recursos materiais e de infraestrutura para a implementação do Programa, destacando-se: a) recursos materiais insuficientes - escassez de equipamentos de informática em número suficiente para a equipe da gerência, especialmente impressoras. Os equipamentos existentes muitas vezes não suportam os programas de softwares implantados em 2005. Nas Delegacias Regionais do Trabalho, faltam desde equipamentos de informática, como PC e notebooks, prejudicando especialmente as ações que exijam levantamento de débito para com o FGTS, até material de escritório; b) infra-estrutura inadequada, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras, relacionada à instabilidade da rede corporativa, além da falta de interligação em rede de algumas agências de atendimento e subdelegacias localizadas fora da capital do Estado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Um dos mecanismos de estímulo à participação sindical no planejamento anual da fiscalização do trabalho foi a instalação, em 2003, da Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), que atua junto às 27 Delegacias Regionais de Trabalho e Emprego - DRTs. Trata-se de um canal de comunicação com o Estado para denunciar irregularidades trabalhistas e participar na elaboração do planejamento e avaliação da fiscalização. A focalização das ações fiscais, a partir de um planejamento balizado por diretrizes nacionais da Secretaria de Inspeção do Trabalho, com a devida participação das entidades sindicais de trabalhadores, por intermédio das CCIT, além do cruzamento dos diversos bancos de dados disponíveis à fiscalização do trabalho do MTE, foram fatores determinantes para o alcance dos resultados.

RECOMENDAÇÕES

- Redimensionar o índice do indicador para 2007, pois já foi alcançado.
- Melhorar a articulação, bem como reestimar as metas físicas e financeiras das ações 2628 e 4785, de modo a otimizar o plano de trabalho desta última.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança e a saúde do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa - PEA.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 43.819.091,00	Empenho Liquidado: R\$ 37.667.756,00 Pago estatais: - Total: R\$ 37.667.756,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PRODUTIVIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA DA FUNDACENTRO

Unidade de medida: Percentagem
 Último índice apurado: 5,4 em 2003
 Índice previsto ao final do PPA: 6,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado em 2004 e 2005; este indicador foi excluído para o exercício 2006.

2. COEFICIENTE DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO

Unidade de medida: 1/1.000
 Último índice apurado: 14,98 em 2005
 Índice previsto ao final do PPA: 11,77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Em 2005, houve incremento de cerca de 8% em relação ao índice apurado em 2004.

3. COEFICIENTE DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

Unidade de medida: 1/10.000
 Último índice apurado: 11,1 em 2005
 Índice previsto ao final do PPA: 6,03

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Em 2005, o número absoluto de doenças ocupacionais cresceu 15,6%, passando de 23.858 para 27.587.

4. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRABALHO

Unidade de medida: 1/10.000

Último índice apurado: 11,30 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 8,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. De fato, o índice ficou praticamente estável nos anos de 2004 e 2005.

5. COEFICIENTE DE TRABALHADORES ALCANÇADOS PELA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE

Unidade de medida: 1/1.000

Último índice apurado: 647 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 507

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice final já foi alcançado, por meio da intensificação da inspeção em segurança e saúde no trabalho.

6. TAXA DE ACIDENTES FATAIS INVESTIGADOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 19,63 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Muito baixa. O alcance do índice de 60% dos acidentes de trabalho fatais investigados mostra-se inatingível, em razão das dificuldades de se obter as informações sobre acidentes em tempo hábil para a realização da investigação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de mortes, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2002, o Ministério da Previdência Social registrou 387.905 acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.898 resultaram em óbito e 15.029 tiveram como consequência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Em 2002, entre aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social os casos envolvendo os servidores públicos. As consequências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas públicas e privadas, cooperativas, instituições, etc.) e para o Estado, que é obrigado a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-

se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2 a 4 % do Produto Interno Bruto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005, foram realizadas 166.126 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho. Essas ações alcançaram 16.055.530 trabalhadores (incremento de 10% em relação a 2004) e propiciaram a correção de 878.938 situações irregulares que apresentavam risco à saúde e integridade dos trabalhadores. Além disso, foram realizados 3.743 embargos e interdições e analisados 1.327 acidentes de trabalho graves e fatais.
- Destaca-se o setor da construção, no qual foram desenvolvidas 29.914 ações, sendo 1.424.916 o número de trabalhadores alcançados – incremento de quase 10% em relação ao ano anterior. Entretanto, verificou-se redução do número e alcance no que tange à fiscalização rural. Em 2005, o número de ações foi de 7.954, sendo 870.661 o número de trabalhadores rurais alcançados, 13% menor que no ano anterior.
- Foram atendidos 8,5 milhões de trabalhadores pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Em 2005, a comissão tripartite responsável pelo acompanhamento do PAT aprovou a revisão dos parâmetros nutricionais obrigatórios do Programa, adaptando-os ao atual perfil nutricional do trabalhador.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa engloba um total de 16 ações, dentre as quais 2 não-orçamentárias e 7 padronizadas, que concorrem tanto para a promoção da segurança e saúde do trabalhador, principalmente por meio da ação de fiscalização realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT/MTE, quanto para a produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho, mediante as ações executadas pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro). Ressalta-se que quase 80% dos recursos do Programa foram executados em uma única ação padronizada – Gestão e Administração do Programa, responsável pela manutenção e administração da Fundacentro, sem indicação de como estes recursos contribuíram para o atendimento do objetivo do Programa. Observa-se, assim, a necessidade de aperfeiçoamento da articulação entre a SIT e a Fundacentro.

Embora a avaliação tenha demonstrado uma queda nos índices de vários indicadores em 2005, em comparação ao ano de 2004, ela mostrou também o alcance das metas físicas das principais ações do Programa – apesar de várias estarem com as metas subdimensionadas. Várias hipóteses explicativas foram apontadas, tais como aspectos ligados à terceirização da mão-de-obra, reestruturação produtiva, precarização das relações de trabalho, ampliação do segmento de micro e pequenas empresas com menor disponibilidade de recursos para investimentos na prevenção, além da melhoria da qualidade da notificação, em razão da maior presença da inspeção nos ambientes de trabalho e da ampliação da Rede de Atenção Integrada à Saúde do Trabalhador - RENAST - do Sistema Único de Saúde. De qualquer forma, tais resultados servem de alerta quanto à condução do Programa com vistas ao atendimento do seu objetivo.

Em relação à sua concepção, foi destacado que a ausência de ação orçamentária específica para regulamentação em segurança e saúde dificulta o cumprimento da atribuição legal do MTE de editar Normas Regulamentadoras visando à complementação dos dispositivos do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho. Há de se esclarecer que a revisão do PPA, em 2005, contemplou esta demanda. Entretanto, esta ação não foi valorada para o exercício de 2006, de forma que esta inadequação deverá persistir até 2007.

No que tange à implementação, foi apontado que uma maior disponibilidade de recursos traria ganho qualitativo para os resultados das ações. No caso da ação “Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho”, a insuficiência de recursos tenderia a direcionar o trabalho aos grandes centros urbanos, que nem sempre são os locais onde o problema se manifesta com mais intensidade. Assim, uma melhor focalização da ação, principalmente nas áreas rurais, dependeria da disponibilização de um volume maior de recursos.

Alguns aspectos fundamentais quanto aos recursos materiais e à infra-estrutura para a execução do Programa devem ser destacados: carência de equipamentos de informática para a equipe gerencial, especialmente impressoras; e situação precária das DRT's, caracterizada pela falta de equipamentos de informática e veículos com tração nas quatro rodas para utilização em fiscalizações rurais. Na Fundacentro, a gráfica e os laboratórios necessitam de modernização e, em relação a estes, mencionou-se extrema dificuldade em supri-los, devido aos altos custos de importação dos materiais de consumo e permanentes. Essa situação foi agravada pelas greves na Receita Federal e INSS, já que os participantes não podiam apresentar as certidões negativas nos pregões. Diagnosticou-se também carência quantitativa de pessoal na área técnica (auditores fiscais) e de apoio, na equipe gerencial, nas DRT, bem como na Fundacentro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Menciona-se a revisão e a publicação da Norma Regulamentadora 31, que trata da segurança e saúde no trabalho rural. Pela primeira vez, desde a regulamentação das relações do trabalho rural, em 1973, tem-se uma norma completa e adequada para a prevenção de agravos à saúde do trabalhador. Merece destaque ainda a publicação da Norma Regulamentadora 32, que trata da segurança e saúde no setor de saúde - um dos setores que possui maior índice de acidentes de trabalho no Brasil.

Destaca-se, ainda, a divulgação de 82 pesquisas realizadas pela Fundacentro em parceria com universidades, sindicatos dos trabalhadores e de empregadores, Ministério Público, Delegacias Regionais do Trabalho e outras entidades. Tais pesquisas visam a produzir e divulgar conhecimentos voltados para a geração e manutenção de postos de trabalho seguros e saudáveis, com preservação da boa qualidade do meio ambiente.

Mencionam-se também os projetos e estudos que vêm sendo executados:

- Pequenas Empresas – Casas de Farinha, pesquisa envolvendo as casas de produção de farinha na região Nordeste, em parceria com o SEBRAE.
- Segurança Química - “control banding”, projeto elaborado em conjunto com a Organização Mundial da Saúde e Organização Internacional do

Trabalho, voltado à prevenção de acidentes e doenças devido a agentes químicos em pequenas empresas.

- Caminhos do Chumbo no Brasil, que visa identificar os grandes problemas relacionados com este agente.
- Cimenteiras/Coprocessamento - visa identificar os riscos para o trabalhador que produz e que utiliza o cimento.
- Agentes Ambientais, estudo de riscos em fundições.
- Marmorarias - estudo da vibração e da produção de material particulado, em especial a sílica e seu impacto na saúde dos trabalhadores.
- Agentes Biológicos em Cemitérios, atendendo à demanda do sindicato dos trabalhadores da categoria.
- Aeroportos, avaliação de compostos orgânicos voláteis.
- Telefonia Celular - estudo da exposição dos trabalhadores à radiação emitida pelas antenas, decorrente de demanda do Ministério Público.
- Radiações Ionizantes, em especial Raios X, em hospitais e centros médicos.
- Rural, estudo sobre as condições de trabalho na agricultura familiar.
- Levantamento das condições e ambientes de trabalho na produção da cana de açúcar nos Estados de São Paulo e Bahia.
- Proteção de máquinas, estudo sobre as melhorias técnicas necessárias para prevenção de acidentes com diversos tipos de máquinas.
- PRODAT, pesquisa de acidentes de trabalho em pequenas e microempresas nos setores calçadista, moveleiro e de confecções, em parceria com SESI.
- Bancos de dados em Segurança e Saúde do Trabalhador, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e com a ONG italiana GBV.
- Condições de trabalho e saúde dos professores da rede pública, em parceria com o Ministério da Educação.
- Estudos sobre sistemas integrados de gestão em Segurança e Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente.
- Eliminação da silicose, estudo da eliminação da silicose nos setores produtivos.
- PROEDUC, práticas pedagógicas em SST.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o índice do indicador “Taxas de acidentes fatais investigados” de forma a torná-lo factível.
- Alterar o índice do indicador “Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde”, pois o previsto para 2007 já foi alcançado.
- Redimensionar as metas físicas das ações 2545 - “Avaliação de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador”, 4714 - “Produção Técnico-Científica”, 4722 - “Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico, Didático e Institucional Sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho” e 2617 - “Avaliações Médicas, Análises e Ensaios de Laboratório em Segurança e Saúde no Trabalho”, bem como das ações padronizadas, pois estão subdimensionadas (fase quantitativa).
- Aprimorar a qualidade da informação relativa à contribuição da ação “Gestão e Administração do Programa” para o atendimento ao objetivo do Programa.

- Aperfeiçoar a articulação entre a SIT e a Fundacentro, por meio do Comitê Gestor do Programa, conforme preconiza o Decreto nº 5233/04.
- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, principalmente os relacionados à Fundacentro, de forma a possibilitar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades.
- Estimular a integração com o Programa 0102- “Rede de Proteção ao Trabalho”, que procura garantir as obrigações trabalhistas, de forma a aumentar a parcela de trabalhadores na PEA abrangidos pela inspeção de segurança e saúde.
- Promover a integração das equipes responsáveis do MTE com as da Previdência, visando à diminuição da subnotificação de casos de acidentes e doenças no trabalho, tanto no que se refere ao segmento formalmente protegido de trabalhadores, como sobre os segmentos informais ou não protegidos. Lembra-se que o combate à subnotificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho é atribuição da auditoria fiscal da Previdência Social.